

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PUBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG**

Dezembro de 2019



Maringá – PR., 19 de fevereiro de 2021.

À

Diretoria do

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS –
PRESERV PARACATU – MG**

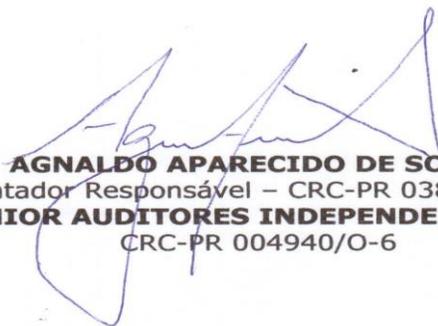
Paracatu – Minas Gerais

Prezados senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas., **Relatório dos Auditores Independentes**, sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS –
PRESERV PARACATU – MG**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes.....	4 a 8
Balanco Patrimonial.....	9
Balanco Financeiro.....	10
Balanco Orçamentário.....	11
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	13 a 17

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

À

Diretoria do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG

Paracatu – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG**, que compreendem o balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário e o demonstrativo das variações patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo intitulado Base para Opinião com Ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG** em 31 de dezembro de 2019, para o exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Divergências do valor dos Parcelamentos

Verificamos divergências a menor na contabilidade no valor de R\$ 4.363.487, referente aos parcelamentos a receber junto a Prefeitura Municipal de Paracatu, Fundo Municipal de Saúde e Câmara Municipal de Paracatu.

Em função de que o balanço de 31/12/2019 já estava encerrado sistematicamente, a divergência foi corrigida contabilmente em janeiro de 2020.

Compensação previdenciária

O Instituto não possui apurado, tão pouco contabilizado o valor referente a compensação previdenciária – COMPREV junto ao INSS.

Em 2020 o Preserv constituiu área específica para o levantamento da compensação previdenciária – COMPREV junto ao INSS.

Déficit atuarial

O Instituto encontra-se em 31 de dezembro de 2019 com déficit atuarial de R\$ 364.802.582,95, conforme cálculo constante no relatório atuarial. Tal déficit se não equacionado, comprometerá a saúde financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais – Preserv Paracatu – MG.

O Preserv juntamente com a Prefeitura de Paracatu deverá efetuar plano para equacionamento do déficit atuarial.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações – Demonstrações Contábeis do Exercício Anterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 utilizadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas, sendo que emitimos relatório de auditoria com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

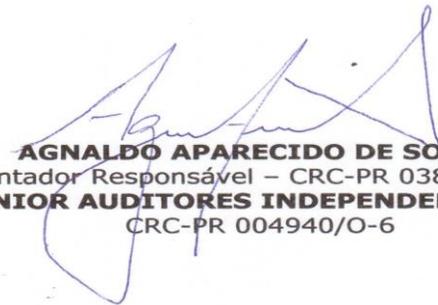
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá – Pr., 19 de fevereiro de 2021.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv**Balço Patrimonial em 31 de dezembro**

Valores em reais

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		133.073.514,45	100.290.331,96	Circulante		-	-
Caixa e equivalentes de caixa	04	96.186,60	9.089,41	Obrig.trab.,previd.e assist. a pagar		-	-
Créditos a curto prazo	05	-	-12.542.092,59	Fornecedores e contas a pagar		-	-
Investimentos e aplicações temporárias	06	132.977.327,85	112.823.335,14				
				Não circulante		139.588.191,29	126.553.398,03
Não circulante		12.151.923,28	12.191.928,07	Provisões a longo prazo	08	139.588.191,29	126.553.398,03
Realizável a longo prazo		11.955.340,03	11.955.340,03				
Créditos a longo prazo	05	11.955.340,03	11.955.340,03	PATRIMÔNIO SOCIAL		5.637.246,44	-14.071.138,00
Imobilizado	07	196.583,25	236.588,04	Resultados acumulados	09	5.637.246,44	-14.071.138,00
Total do ativo		145.225.437,73	112.482.260,03	Total do passivo e patrimônio social		145.225.437,73	112.482.260,03

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
Balço Financeiro em 31 de dezembro
Valores em reais

INGRESSOS	31/12/2019	31/12/2018	DISPÊNDIOS	31/12/2019	31/12/2018
Receita orçamentária	46.759.132,19	35.866.342,78	Despesa orçamentária	25.884.213,29	21.933.101,88
Ordinária	68.905,68	10.350,95	Ordinária	64.146,72	-
Vinculada	46.690.226,51	35.855.991,83	Vinculada	25.820.066,57	21.933.101,88
Recursos vinculados à Prev.Social - RPPS	46.690.226,51	35.855.991,83	Recursos destinados à Prev.Social - RPPS	25.820.066,57	21.933.101,88
Transferências financeiras recebidas	-	-	Pagamentos extraordinários	142.607.847,33	175.905.470,16
Para aporte de recursos para o RPPS	-	-	Depósitos restituíveis e valores vinculados	4.619.637,20	4.565.130,75
Recebimentos extraordinários	121.820.025,62	161.901.715,92	Outros pagamentos extraordinários	137.988.210,13	171.340.339,41
Depósitos restituíveis e valores vinculados	4.619.637,20	4.565.130,75	Saldo para o exercício seguinte	96.186,60	9.089,41
Outros recebimentos extraordinários	117.200.388,42	157.336.585,17	Caixa e equivalentes de caixa	96.186,60	9.089,41
Saldo do exercício anterior	9.089,41	79.602,75	Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	9.089,41	20.213,97			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	59.388,78			
Total dos ingressos	168.588.247,22	197.847.661,45	Total dos dispêndios	168.588.247,22	197.847.661,45

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
Balço Orçamentário em 31 de dezembro de 2019

Valores em reais

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISTAS	ARRECADADAS	DIFERENÇA
Receitas Correntes	20.630.000,00	21.847.825,95	1.217.825,95
Receita de Contribuições	7.215.000,00	7.166.229,28	-48.770,72
Receita Patrimonial	13.000.000,00	13.816.994,82	816.994,82
Receita de Serviços	300.000,00	62.310,15	-237.689,85
Outras receitas Correntes	115.000,00	802.291,70	687.291,70
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	36.827.273,92	23.133.695,72	-13.693.578,20
TOTAL GERAL	57.457.273,92	44.981.521,67	-12.475.752,25

DESPESAS	PREVISÃO INICIAL	DESPESA EXECUTADA	DIFERENÇA
DESPESA CORRENTE	24.638.000,00	25.854.301,29	1.216.301,29
DESPESA DE CAPITAL	150.000,00	29.912,00	-120.788,00
RESERVA LEGAL RPPS	32.669.273,92	-	-32.669.273,92
TOTAL	57.457.273,92	25.884.213,29	-31.573.060,63

**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
Demonstrativo das Variações Patrimoniais em 31 de dezembro**

Valores em reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	31/12/2019	31/12/2018	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	31/12/2019	31/12/2018
Contribuições	31.590.821,29	27.456.181,81	Pessoal e encargos	797.414,51	676.563,02
Contribuições Sociais	31.590.821,29	27.456.181,81	Remuneração a pessoal	701.260,67	594.027,93
			Encargos patronais	96.153,84	82.059,44
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	62.310,15	-	Benefícios a pessoal	-	-
Exploração de bens e direitos e prestação de serviços	62.310,15	-	Outras variações patrimoniais diminutivas	-	475,65
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	15.594.605,34	7.821.144,58	Benefícios previdenciários e assistenciais	24.674.743,28	20.979.221,66
Juros e encargos de mora	-	-	Aposentadorias e reformas	19.531.565,73	16.363.219,38
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	15.594.605,34	7.821.144,58	Pensões	3.614.885,70	3.247.943,91
			Outros benefícios previdenciários e assistenciais	1.528.291,85	1.368.058,37
Transferências e delegações recebidas	-	-			
Transferências intragovernamentais	-	-	Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	391.240,47	289.020,44
			Uso de material de consumo	20.786,01	22.562,82
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	1.050,64	-	Serviços	358.819,49	254.754,38
Reavaliação de ativos	1.050,64	-	Depreciação, amortização e exaustão	11.634,97	11.703,24
Ganhos com incorporação de ativos	-	-			
			Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	703.783,06	2.804.740,60
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	33.009.946,83	2.263,69	Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste p/perdas	634.512,29	2.804.740,60
Reversão de provisões e ajustes de perdas	20.956.458,69	-	Perdas involuntárias	2.626,11	-
Diversas variações patrimoniais aumentativas	12.053.488,14	2.263,69	Desincorporação de ativos	66.644,66	-
			Outras variações patrimoniais diminutivas	33.993.790,09	30.730.118,93
			Constituição de provisões	33.991.251,95	30.730.118,93
			Diversas variações patrimoniais diminutivas	2.538,14	-
Total das VPA	80.258.734,25	35.279.590,08	Total das VPD	60.560.971,41	55.479.664,65
Total variações patrimoniais			Total variações patrimoniais	19.697.762,84	-20.200.074,57

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS –
PRESERV PARACATU – MG**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu-MG, inscrito no CNPJ 04.813.860/0001-03, foi criado pela Lei nº 2.403 de 07 de novembro de 2001, visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreendem um conjunto de benefícios que atendam a subsistência nos eventos de aposentadoria e pensão. São segurados do RPPS o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Autarquias e Fundações Municipais.

02 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRESERV PARACATU – MG** foram elaboradas em observância:

- Lei nº 4.320/64;
- Lei nº 9717/98;
- Lei Complementar nº 101/00;
- Portarias e Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, sendo Resolução CMN nº 3790/2009, alterada pela Resolução CMN nº 3922/2010;
- Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis as entidades do Setor Público; e
- Portaria MPAS nº 95/07, que alterou os anexos I, II, III e IV da Portaria nº 916/03.

2.2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em fevereiro de 2021.

03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas foram contabilizadas segundo a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Federal nº 9.717/98, portarias e as Normas Brasileiras de Contabilidade, Portaria MPAS nº 95/07, que alterou a Portaria 916/03.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da empresa, exceto quando indicado de outra forma.

c) Ativos circulante e não circulante

• Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras.

• Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva, depreciação e ou amortização.

A depreciação dos bens do imobilizado é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados ao valor líquido de realização.

d) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

f) Taxa de administração

Na Forma das determinações contidas na Lei de sua criação, os recursos do RPPS são destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários e da taxa de Administração fixada em 2%, destinada a manutenção do Instituto.

g) Das alíquotas das contribuições patronal e dos servidores

No exercício de 2016, as contribuições previdenciárias foram de 11% para o Servidor e 17,10% de obrigações patronais, sendo previsto contribuição complementar para a cobertura do déficit atuarial no valor de R\$ 5.136.808,02 no ano de 2016.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição na data base era a seguinte:

Conta corrente	31/12/2019	31/12/2018
CEF - Conta previdenciária	96.186,60	9.089,41
Total	96.186,60	9.089,41

05 – CRÉDITOS A CURTO E A LONGO PRAZO

A composição era a seguinte:

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Créditos a curto prazo	-	-12.542.092,59
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Créditos a longo prazo	11.955.340,03	11.955.340,03

Os valores referem-se a dívida das entidades públicas do Município de Paracatu, conforme demonstramos a seguir:

Entidade	R\$
Prefeitura Municipal de Paracatu	8.841.110,94
Fundo Municipal de Saúde	3.042.057,91
Câmara Municipal de Paracatu	72.171,18
Total	11.955.340,03

06 – INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

A composição na data base era a seguinte:

Aplicação	31/12/2019	31/12/2018
FI Caixa Brasil Tit.Públ.RF Longo	-	84.976.238,58
FI Brasil 2024 II TP RF	7.097.545,00	6.817.735,00
Caixa FI Brasil ref.Longo prazo	-	19.943.032,62
Caixa FI Brasil IDKA IPCA 2a	93.749.965,19	-140.286,55
Caixa FI Brasil IMA-B TP RF LP	21.066.734,81	-
Caixa FI Brasil IMA-B5 TP RF	-	1.226.615,49
Caixa FI Brasil IRF-M RF LP	4.269.009,98	-
Caixa FI Brasil IRF-M1 TP RF	6.794.072,87	-
Total	132.977.327,85	112.823.335,14

07 – IMOBILIZADO

A composição na data base era a seguinte:

Bem	31/12/2019	31/12/2018
Bens de informática	57.364,18	24.689,80
Móveis e utensílios	48.582,38	42.287,96
Materiais culturais, educ.e de com.	1.260,06	1.872,00
Veículos	54.350,00	54.350,00
Demais bens móveis	68.557,90	68.639,90
Bens imóveis	0,00	66.644,68
(-) Depreciações acumuladas	-33.531,27	-21.896,30
Saldo líquido de imobilizado	196.583,25	236.588,04

08 – PROVISÕES A LONGO PRAZO

A composição na data base era a seguinte:

Conta	31/12/209	31/12/2018
Aposentadorias/pensões/outros benefícios concedidos do plano	217.330.575,35	193.782.525,88
(-) Contribuições do ente para o plano previdenciário do RPPS	-	-
(-) Contribuições do aposentado para o plano previdenciário do RPPS	-985.204,87	-861.899,86
(-) Contribuições do pensionista para o plano previdenciário do RPPS	-266.664,81	-260.997,27
(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	-569.818,27	-458.807,10
Aposentadorias/pensões/outros benefícios a conceder do plano	412.204.129,81	405.277.793,81
(-) Contribuições do ente para o plano previdenciário do RPPS	-65.735.942,70	-68.536.933,24
(-) Contribuições do ativo para o plano previdenciário do RPPS	-44.295.698,23	-46.628.433,69
(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	-51.012.122,39	-49.635.246,59
Plano previdenciário - plano de amortização	-327.081.062,60	-306.124.603,91
Total	139.588.191,29	126.553.398,03

09 – RESULTADOS ACUMULADOS

A composição na data base era a seguinte:

Conta	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do exercício	19.697.762,84	13.933.240,90
Resultados de exercícios anteriores	-14.060.516,38	-28.004.378,90
Total	5.637.246,46	-14.071.138,00
